

MARINHA DO BRASIL
SERVIÇO DE SELEÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA

*Concurso Público para ingresso no Quadro Técnico do
Corpo Auxiliar da Marinha
CP-T/2021*

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

QUESTÃO 1

Coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, em relação às infrações e suas penalidades.

- () Infrações relativas à documentação de habilitação ou ao controle de saúde possui como penalidade multa do grupo A.
- () Portar a documentação relativa à habilitação ou ao controle de saúde desatualizada possui como penalidade multa do grupo D.
- () Infrações relativas ao Rol de Equipagem ou Rol Portuário possui como penalidade multa do grupo D.
- () Não portar Rol de Equipagem ou Rol Portuário possui como penalidade multa do grupo B.
- () Apresentar-se com a dotação incompleta possui como penalidade multa do grupo C.

Assinale a opção correta.

- (A) (V) (F) (V) (F) (V)
- (B) (F) (V) (F) (V) (F)
- (C) (V) (V) (V) (V) (V)
- (D) (V) (V) (F) (F) (V)
- (E) (F) (F) (V) (V) (V)

QUESTÃO 2

Qual embarcação de bandeira estrangeira, conforme NORMAM-04/DPC, deverá possuir Inscrição Temporária (IT) para operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras?

- (A) Embarcação de cruzeiro marítimo.
- (B) Embarcação de pesquisa ou investigação científica.
- (C) Embarcação afretada a casco nu.
- (D) Embarcação em atividade de salvamento.
- (E) Embarcação de Estado Estrangeira sem finalidade comercial.

QUESTÃO 3

O Compressor de ar respirável para mergulho com vazão equivalente a 160 l/min medidos na pressão atmosférica (equivalente a 40 l/min medidos na pressão equivalente à profundidade do mergulho), por mergulhador, e pressão de trabalho de 14,2 kgf/cm², lubrificado com óleo mineral não detergente, dotado de filtros para separação de água, óleo, partículas sólidas e outros contaminantes é um dos requisitos mínimos aplicado ao Sistema para mergulho autônomo em profundidades:

- (A) até vinte metros.
- (B) até trinta metros.
- (C) entre trinta e cinquenta metros.
- (D) entre cinquenta e noventa metros.
- (E) acima de noventa metros.

QUESTÃO 4

De acordo com a NORMAM-10/DPC, a quem compete, representando a Autoridade Marítima, autorizar a exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens afundados em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha, em decorrência de sinistro que tenham passado ao domínio da União?

- (A) Diretor de Portos e Costas.
- (B) Chefe do Estado-Maior da Armada.
- (C) Comandantes dos Distritos Navais.
- (D) Diretor Geral de Navegação.
- (E) Capitão dos Portos.

QUESTÃO 5

Segundo o art. 2º da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, plano de contingência é o conjunto de:

- (A) medidas que determinam e estabelecem as responsabilidades setoriais e as ações a serem desencadeadas imediatamente após um incidente, bem como definem os recursos humanos, materiais e equipamentos adequados à prevenção, controle e combate à poluição das águas.
- (B) procedimentos e ações que visam à integração dos diversos planos de emergência setoriais, bem como a definição dos recursos humanos, materiais e equipamentos complementares para a prevenção, controle e combate da poluição das águas.
- (C) procedimentos que determinam e estabelecem as responsabilidades setoriais e as ações a serem desencadeadas imediatamente após um incidente, bem como definem os recursos humanos, materiais e equipamentos adequados à prevenção, controle e combate à poluição das águas.
- (D) medidas que visam principalmente à integração dos diversos planos de emergência setoriais, com objetivo de definir os recursos humanos, controle das emergências, materiais e equipamentos complementares para a prevenção.
- (E) medidas que determinam e estabelecem as responsabilidades setoriais e as ações a serem desencadeadas imediatamente após um incidente, bem como definem os recursos humanos, materiais e equipamentos adequados à prevenção, controle e prevenção das emergências.

QUESTÃO 6

Substâncias nocivas ou perigosas se classificam em categorias de acordo com o risco produzido quando descarregadas na água. Assim, de acordo com o art. 4º da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, assinale a opção correta.

- (A) Categoria A: alto risco para a saúde humana e médio risco para o ecossistema aquático.
- (B) Categoria B: médio risco tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático.
- (C) Categoria C: risco moderado tanto para a saúde humana e baixo para o ecossistema aquático.
- (D) Categoria D: risco mediano tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático.
- (E) Categoria E: baixo risco tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático.

QUESTÃO 7

Em relação à fiscalização (execução da Inspeção Naval), de acordo com a NORMAM-07/DPC, é correto afirmar que:

- (A) a fiscalização efetuada pelo Departamento de Segurança do Tráfego Aquaviário (das Capitânicas dos Portos e suas Delegacias e Agências) tem como escopo principal a verificação de documentos, da embarcação e das reais condições do material e equipamento da mesma.
- (B) a atividade de Inspeção de Controle pelo Estado (Costeiro), *Port State Control*, consiste em fiscalizar requisitos legais de segurança em embarcações nacionais e estrangeiras com inscrição temporária para operação em Águas Jurisdicionais Brasileiras.
- (C) as plataformas não estão sujeitas à inspeção por serem consideradas obras sob e sobre águas.
- (D) a atividade de Inspeção de Controle pelo Estado de Bandeira, *Flag State Control*, consiste em fiscalizar requisitos legais de segurança em embarcações estrangeiras que chegam aos portos nacionais.
- (E) embarcações estrangeiras não autorizadas a operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras são objetos de atividade Patrulha Naval (PATNAV), executada pelos navios da Marinha do Brasil, subordinados às Capitânicas dos Portos.

QUESTÃO 8

Coloque V (Verdadeiro) ou F (Falso) nas afirmativas abaixo relativas à Norma da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas, assinalando, a seguir, a opção correta.

- () As embarcações são retiradas de tráfego ou impedidas de sair quando conduzidas por pessoal em estado de embriaguez.
- () Para efeito de julgamento de Auto de Infração, Aplicação de Penalidade e Medidas Administrativas os Representantes da Autoridade Marítima para a Segurança do Tráfego Aquaviário são a Diretoria de Portos e Costas e o Distrito Naval.
- () Condutores de dispositivos flutuantes e embarcações miúdas sem propulsão mecânica, utilizados para recreio ou prática de esporte, deverão possuir a habilitação mínima.
- () Amadores habilitados nas categorias CPA, MSA e ARA a partir de 2 de julho de 2012 deverão estar, também, habilitados na categoria MTA, caso desejem conduzir motos aquáticas.
- () *Stand-up Paddle, Wind Surf e Kite Surf* são caracterizados como embarcações, pois propiciam a locomoção no meio aquático.

- (A) (F) (V) (F) (V) (V)
- (B) (V) (F) (V) (F) (F)
- (C) (F) (V) (F) (V) (F)
- (D) (F) (F) (V) (V) (V)
- (E) (V) (F) (F) (F) (V)

QUESTÃO 9

De acordo com o art. 9º do Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, assinale a opção que apresenta a sanção aplicável às infrações previstas no referido diploma legal.

- (A) Prisão preventiva.
- (B) Prisão Temporária.
- (C) Repreensão.
- (D) Apreensão do navio.
- (E) Deportação.

QUESTÃO 10

A inscrição do aquaviário será suspensa, EXCETO na seguinte situação:

- (A) quando o inscrito deixar de exercer sua profissão de aquaviário por mais de dez (10) anos consecutivos.
- (B) quando o aquaviário for aposentado por invalidez impeditiva de exercer a profissão.
- (C) como penalidade imposta pela Autoridade Marítima ou seu representante.
- (D) quando o aquaviário fizer uso de documento adulterado ou falsificado, ou prestar informação não verdadeira para fim de anotações na Caderneta de Inscrição e Registro, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente.
- (E) quando o tripulante for responsabilizado, em sentença passada em julgado, por praticar roubo ou furto de qualquer coisa pertencente à embarcação, à carga, ao Comandante, aos passageiros e aos tripulantes, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente.

QUESTÃO 11

A vistoria realizada pela Diretoria de Portos e Costas nos sistemas de mergulho (novos ou antigos, devidamente certificados/endossados) embarcados ou em terra, antes de sua primeira operação, levando em conta que os testes iniciais (sem o uso do mergulhador na água), já foram realizados, com o propósito de verificar as instalações, as condições operacionais dos equipamentos, o gerenciamento de risco sobre o ambiente que compõe o conjunto do sistema de mergulho e os procedimentos para o atendimento de emergências que requeiram tratamento hiperbárico é uma Vistoria:

- (A) Anual.
- (B) Inicial.
- (C) Pré-Operação.
- (D) de Renovação.
- (E) Intermediária.

QUESTÃO 12

De acordo com a Lei nº 7.273, de 10 de dezembro de 1984, que dispõe sobre busca e salvamento de vida humana em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores, assinale a opção correta.

- (A) O pedido de auxílio que for feito, com real ameaça de perigo da vida humana, obrigará a indenização dos recursos empregados no atendimento daquela solicitação.
- (B) A determinação do Armador ou proprietário ou de terceiros, com interesse na embarcação, ao Comandante, para não prestar os serviços previstos no presente artigo, isenta esse último dessa obrigação.
- (C) O Comandante deverá lançar no Diário de Navegação, ou em documento similar, as razões que o levaram a decidir pela impossibilidade ou desnecessidade da prestação dos serviços de busca e salvamento de vida humana em perigo no mar, nos portos ou nas vias navegáveis interiores.
- (D) O Comandante de uma embarcação, ao tomar conhecimento de vida humana em perigo no mar, nos portos ou nas vias navegáveis interiores, deverá dirigir sua embarcação na velocidade que apresente o menor consumo possível para o local onde se encontram as pessoas em perigo.
- (E) O Comandante de uma embarcação, ao tomar conhecimento de vida humana em perigo no mar, nos portos ou nas vias navegáveis interiores, após um abalroamento, dirigir-se-á ao porto mais próximo.

QUESTÃO 13

A exigência da apresentação de estudo sobre a navegação local, considerando as embarcações das principais empresas de navegação que operam na área, suas dimensões e principais características, bem como as dimensões e composições de comboios, no qual deverá indicar, também, as perspectivas de desenvolvimento da navegação na área e os impactos (positivos e negativos) decorrentes da realização da obra pretendida e o conseqüente aumento do porte e dimensões das futuras embarcações, é um documento exigido do interessado pela obra de:

- (A) instalação de cabos e dutos aéreos ou estruturas similares.
- (B) construção de novo porto ou terminal portuário com canal de acesso existente.
- (C) construção de porto ou terminal portuário, com novos canais de acesso, aproximação e espaços aquaviários e com a necessidade de realização de dragagem.
- (D) ampliação de terminal portuário existente.
- (E) construção de pontes rodoviárias ou similares sobre Águas.

QUESTÃO 14

O documento que detalha todo o projeto a ser realizado e onde são descritas todas as informações relevantes e itens relacionados à obra pretendida, devendo ser o mais abrangente possível, relatando, pormenorizadamente, todo o desenvolvimento do projeto e, no caso de obras portuárias, devem ser descritos os critérios de cálculo e de dimensionamento dos canais de acesso, canal interno, bacias de evolução, berço de acostagem e fundeadouros, de acordo com o preconizado nas recomendações contidas no Relatório nº 121/2014 da PIANC ou em outras referências de boas práticas adotadas internacionalmente é chamado de:

- (A) Planta de Situação.
- (B) Planta de Localização.
- (C) Memorial Descritivo.
- (D) Planta Final de Situação.
- (E) Projeto Detalhado.

QUESTÃO 15

De acordo com o art. 3º do Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, assinale a opção que apresenta a definição de águas marítimas sob jurisdição nacional.

- (A) As águas abrangidas por uma faixa de vinte e quatro milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de base reta e da linha de baixa-mar, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil (mar territorial).
- (B) As águas abrangidas por uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir o mar territorial, que constituem a zona contígua.
- (C) As águas sobrejacentes à plataforma continental quando esta ultrapassar os limites da ZEE.
- (D) As águas abrangidas por uma faixa de doze milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de base curva e da linha de preamar, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil (mar territorial).
- (E) As águas abrangidas por uma faixa que se estende das doze às trezentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir o mar territorial, que constituem a zona contígua.

QUESTÃO 16

Em relação às Normas da Autoridade Marítima para embarcações empregadas na navegação interior é correto afirmar que:

- (A) um dos requisitos legais para o Registro Especial Brasileiro (REB) é a embarcação brasileira ser operada por empresa brasileira e inscrita na CP/DL/AG.
- (B) as embarcações propulsadas com AB maior que 10 (dez) empregadas no transporte de passageiros e demais embarcações propulsadas com AB maior que 20 (vinte) deverão ser dotadas de, pelo menos, uma bomba de esgoto com vazão total maior ou igual a 15m³/h.
- (C) o termo "comboio" caracteriza um grupo de, no máximo, três embarcações que navegam de forma integrada, mas não de forma rígida.
- (D) embarcações empregadas no transporte de passageiros deverão dotar, adicionalmente, uma quantidade de coletes salva-vidas adequada para criança igual a, pelo menos, 5% do total de passageiros.
- (E) umas das condições para a designação de subchefe de máquinas é a embarcação possuir potência propulsora superior a 700KW.

QUESTÃO 17

De acordo com a NORMAM-02/DPC, é indicada a obrigatoriedade de dotação de agulha giroscópica ou magnética nas embarcações:

- (A) sem propulsão com AB maior que 500.
- (B) propulsada com AB maior que 20 e menor ou igual a 500.
- (C) sem propulsão com AB menor ou igual a 20.
- (D) flutuantes que operem com mais de 12 (doze) pessoas e com AB maior que 50.
- (E) sem propulsão com AB maior que 20 e menor ou igual a 500.

QUESTÃO 18

Os despachos com "Parecer Favorável" emitidos pela Autoridade Marítima para a realização de obras sob, sobre e às margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), exceto para realização de atividades de dragagens, cuja validade será determinada pela Capitania dos Portos (CP) da área de jurisdição de onde será realizada a dragagem, terão validade de:

- (A) 2 anos.
- (B) 3 anos.
- (C) 4 anos.
- (D) 5 anos.
- (E) 6 anos.

QUESTÃO 19

A inspeção realizada pelo Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego (CAMR), representante da Autoridade Marítima, para verificar se o Centro VTS (Serviço de Tráfego de Embarcações) está em conformidade com seu propósito (incrementar a segurança e a eficiência da navegação, contribuir para a salvaguarda da vida humana no mar e apoiar a proteção do meio ambiente) e em conformidade com o previsto nas Normas da Autoridade Marítima para Serviço de Tráfego de Embarcações é conhecida como:

- (A) Visita Técnica.
- (B) Vistoria Inicial.
- (C) Vistoria Intermediária.
- (D) Vistoria Pré-Operacional.
- (E) Inspeção Naval.

QUESTÃO 20

O interessado em executar uma atividade de assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem, em perigo no mar, nos portos e vias navegáveis interiores deverá elaborar o seu plano de execução, que contemplará os itens abaixo, EXCETO:

- (A) cronograma dos eventos a serem executados, contendo as datas previstas para início e término dos trabalhos.
- (B) contrato de prestação dos serviços de assistência e salvamento, que defina com clareza as responsabilidades das partes, especialmente, no que concerne à salvaguarda da vida humana, do meio ambiente, da segurança da navegação e a de terceiros.
- (C) riscos à vida humana e as providências para eliminá-los ou minimizá-los.
- (D) riscos ao meio ambiente e as providências para eliminá-los ou minimizá-los.
- (E) riscos a terceiros e as providências para eliminá-los ou minimizá-los.

QUESTÃO 21

O Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego (CAMR) elabora o "Mapa do Índice de Eficácia" e o divulga em seu sítio na Internet e por mensagem para a Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), com informação para os Representantes e Agentes da Autoridade Marítima, com uma frequência:

- (A) diária.
- (B) semanal.
- (C) mensal.
- (D) semestral.
- (E) anual.

QUESTÃO 22

As embarcações deverão estar providas de pessoal adequadamente capacitado para agir prontamente nas situações de emergência. Segundo a NORMAM-01/DPC, sobre as instruções e treinamento, é correto afirmar que:

- (A) o prazo de treinamento sobre equipamentos salvavidas, embarcações de sobrevivência e uso de equipamentos de extinção de incêndio não poderá ser superior a vinte (20) dias após o embarque do tripulante.
- (B) ilustrações e instruções para situação de emergência para passageiros deverão estar afixadas somente em áreas comuns de bordo.
- (C) caso 20% da tripulação não houver participado dos exercícios de abandono e incêndio no mês precedente, os mesmos deverão ser realizados dentro do prazo de 24 horas que se seguem à saída de um porto.
- (D) o sistema de alarme geral de emergência de bordo deverá ser audível em, pelo menos, locais onde a tripulação normalmente trabalha.
- (E) exercícios de abandono e combate a incêndio devem ter a participação de todos os membros da tripulação, pelo menos, uma vez ao mês.

QUESTÃO 23

A Autoridade Marítima autoriza o processo de Inscrição Temporária (IT), mediante apresentação de documentos exigidos, às embarcações estrangeiras que desejam operar em Água Jurisdicionais Brasileiras. De acordo com a NORMAM-04/DPC, que tipo de embarcação precisa da autorização da Diretoria de Portos e Costas?

- (A) Embarcação de atividade subaquática (apoio a mergulho).
- (B) Embarcação de transporte de carga (que não petróleo e derivados).
- (C) Embarcação de apoio marítimo.
- (D) Embarcação de prestação de serviços de turismo náutico.
- (E) Embarcação de transporte de passageiro na navegação interior.

QUESTÃO 24

De acordo com o Art. 105 da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, assinale a opção que apresenta um recurso NÃO admitido no Tribunal Marítimo.

- (A) Agravo.
- (B) Embargos de Declaração.
- (C) Embargos de Nulidade.
- (D) Embargos Infringentes.
- (E) Recurso Especial.

QUESTÃO 25

De acordo com a NORMAM-09/DPC, assinale a opção que é considerada Acidente ou Fato da Navegação em que a instauração do Inquérito Administrativo deve ser realizada.

- (A) Colisão de um navio da Marinha do Brasil contra uma boia.
- (B) Embarcação brasileira solicita acréscimo de um porto em sua escala para abastecimento.
- (C) Embarcação estrangeira de pesca, não autorizada a operar em AJB, arriba em um porto por falta de aguada.
- (D) Capitania dos Portos autoriza atracação da embarcação, em porto fora da escala, cujo tripulante necessita de serviço médico-hospitalar.
- (E) Embarcação solicita entrar em porto para se abrigar do mau tempo.

QUESTÃO 26

De acordo com o Art. 112, § 2º da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, no Tribunal Marítimo o prazo para interposição do agravo será de:

- (A) 2 dias.
- (B) 3 dias.
- (C) 5 dias.
- (D) 7 dias.
- (E) 10 dias.

QUESTÃO 27

De acordo com o art. 33 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Zona Contígua não pode estender-se além de quantas milhas marítimas contadas a partir do limite exterior do mar territorial?

- (A) 6
- (B) 12
- (C) 24
- (D) 200
- (E) 300

QUESTÃO 28

Segundo a NORMAM-08/DPC, embarcações estrangeiras, quando navegando na área SAR marítima brasileira, devem aderir aos seguintes Sistemas de Controle do Tráfego Marítimo:

- (A) SISTRAM, LRIT e AIS
- (B) SISTRAM, SIMMAP e AIS
- (C) SISTRAM e SIMMAP
- (D) SISTRAM, SIMMAP e LRIT
- (E) LRIT e AIS

QUESTÃO 29

Em relação à Certificação, de acordo com a NORMAM-06/DPC, é INCORRETO afirmar que:

- (A) uma Sociedade Classificadora, reconhecida para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira, poderá emitir um Certificado de Isenção para embarcações de bandeira brasileira.
- (B) uma embarcação, ainda não inscrita na Capitania dos Portos, poderá receber um Certificado Provisório para viabilização da operação desde que não possua deficiências ou pendências.
- (C) após analisados documentos, a Sociedade Classificadora poderá emitir um Certificado Condicional com validade não superior a 3 (três) meses para emissão de Licença, desde que a exigência constatada não afeta as condições de fazer a embarcação ao mar.
- (D) somente a Diretoria de Portos e Costas poderá prorrogar, em casos extraordinários, a validade de um Certificado Estatutário.
- (E) a Organização Reconhecida deverá cancelar o Certificado correspondente e notificar a Autoridade Marítima Brasileira logo após a verificação das condições gerais do navio resultar em riscos à segurança da navegação.

QUESTÃO 30

Os sinais náuticos são identificados durante o período:

- (A) noturno: pela cor, pela forma que se apresenta ao navegante, pela marca de tope e pela numeração, se houver, apresentada em sua estrutura.
- (B) diurno: pela característica luminosa.
- (C) diurno: pela cor, pela forma que se apresenta ao navegante, pela marca de tope e pela numeração, se houver, apresentada em sua estrutura.
- (D) noturno: pela característica luminosa e pela forma que se apresenta ao navegante.
- (E) diurno: pela cor, pela forma que se apresenta ao navegante, pela marca de tope, pela numeração, se houver, apresentada em sua estrutura e pela característica luminosa.

QUESTÃO 31

Coloque F (Falso) ou V (Verdadeiro) nas afirmativas abaixo, em relação aos procedimentos em caso de suspeita de falsidade documental.

- () Quando houver dúvidas quanto à veracidade ou autenticidade dos documentos apresentados, deverá ser feita sindicância. Após a conclusão desse procedimento, conforme seu resultado, presentes as evidências de adulteração ou falsidade, envolvendo militares, será instaurado IPM.
- () Os documentos sob suspeita (cartão de identidade de marítimos, Caderneta de Inscrição e Registro, certificados e outros) deverão ser imediatamente destruídos pelos Agentes da Autoridade Marítima e não integrarão os autos da Sindicância ou IPM.
- () No caso em que a Sindicância confirme a adulteração ou falsidade de documento, a sua solução deverá consignar expressamente que será instaurado o Procedimento Administrativo para aplicação das penalidades e/ou medidas administrativas previstas.
- () Encerrada a sindicância e o competente Procedimento Administrativo e cumprida a sanção de suspensão da inscrição na Marinha Mercante, se for o caso, o aquaviário poderá requerer sua regularização para o exercício profissional das atividades para as quais esteja comprovadamente habilitado/qualificado.
- () Não sendo configurado o crime como militar, não deverá ser instaurado IPM; apenas uma sindicância, devidamente instruída com a apuração do fato delituoso e com a coleta de todas provas de ilícito e de sua autoria, cuja cópia deverá ser encaminhada ao Ministério Público Militar ou Ministério Público Estadual.

Assinale a opção correta.

- (A) (V) (F) (V) (V) (F)
- (B) (F) (V) (V) (V) (F)
- (C) (V) (V) (V) (V) (F)
- (D) (V) (F) (V) (V) (V)
- (E) (V) (F) (F) (F) (V)

QUESTÃO 32

O calado máximo com o qual uma embarcação pode ser carregada em um dado conjunto de condições, mantendo a suficiente folga abaixo da quilha (FAQ) para garantir a passagem segura através de um canal de acesso, canais internos ou de aproximação, bacias de evolução e dos berços, cujo valor é determinado pela Autoridade Portuária (AP) sob coordenação da Autoridade Marítima (AM), consoante a Lei dos Portos é conhecido como:

- (A) Calado Dinâmico.
- (B) Calado Aéreo.
- (C) Calado Máximo Recomendado.
- (D) Calado Estático.
- (E) Folga Dinâmica Abaixo da Quilha.

QUESTÃO 33

Assinale a opção que apresenta a medida administrativa que a Autoridade Marítima pode adotar, de acordo com o art. 16 da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997.

- (A) Embargo do Certificado de habilitação.
- (B) Cancelamento da construção de embarcação.
- (C) Cancelamento do reparo da embarcação.
- (D) Embargo da obra.
- (E) Cancelamento da atividade de mineração.

QUESTÃO 34

Uma infração com penalidade no valor de R\$ 40,00 até R\$1.600,00, prevista na Regulamentação da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (RLESTA), está classificada, para efeitos de multa, no grupo:

- (A) A
- (B) B
- (C) C
- (D) D
- (E) E

QUESTÃO 35

O Comando do Distrito Naval designará para coordenar e controlar as atividades de assistência e salvamento uma Autoridade:

- (A) Portuária.
- (B) Naval.
- (C) Marítima.
- (D) Administrativa.
- (E) Pública Federal.

QUESTÃO 36

Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico é um aquaviário pertencente:

- (A) ao 5º Grupo - Práticos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual a 7, com especialização adquirida através de um curso de Posicionamento Dinâmico que é, atualmente, fornecido por empresas certificadas pelas Sociedades Classificadoras reconhecidas pela Autoridade Marítima Brasileira por meio de portaria da Diretoria de Portos e Costas.
- (B) ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés ou Máquinas, nível de categoria maior ou igual a 7, com especialização adquirida através de um curso de Posicionamento Dinâmico que é, atualmente, fornecido por empresas certificadas pelas Instituições Certificadoras reconhecidas pela Autoridade Marítima Brasileira por meio de portaria da Diretoria de Portos e Costas.
- (C) ao 5º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual a 7, com especialização adquirida através de um curso de Posicionamento Dinâmico que é, atualmente, fornecido pela Autoridade Marítima Brasileira.
- (D) ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual a 7, com especialização adquirida através de um curso de Posicionamento Dinâmico que é, atualmente, fornecido por empresas certificadas pelas Instituições Certificadoras reconhecidas pela Autoridade Marítima Brasileira por meio de portaria da Diretoria de Portos e Costas.
- (E) ao 2º Grupo - Fluviários com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual a 7, com especialização adquirida através de um curso de Posicionamento Dinâmico que é, atualmente, fornecido por empresas certificadas pelas Sociedades Classificadoras reconhecidas pela Autoridade Marítima Brasileira por meio de portaria da Diretoria de Portos e Costas.

QUESTÃO 37

De acordo com o Art. 16 do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, em relação à exploração dos portos e das instalações portuárias localizadas dentro da área do porto organizado, exauridos os recursos administrativos, o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado ao poder concedente, que poderá:

- (A) determinar a conclusão dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis.
- (B) anular o procedimento, no todo, por vício sanável.
- (C) revogar o procedimento por motivo de vício insanável.
- (D) adjudicar o objeto.
- (E) anular o procedimento, em parte, por vício sanável.

QUESTÃO 38

Em relação ao procedimento licitatório, de acordo com o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, que Regulamenta o disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias, é correto afirmar que:

- (A) as licitações adotarão preferencialmente os modos de disputa fechado ou combinado.
- (B) a comissão de licitação não poderá negociar condições mais vantajosas com os licitantes.
- (C) na fase recursal, serão analisados os recursos referentes ao julgamento das propostas ou lances e à habilitação do vencedor.
- (D) o recurso será dirigido à Diretoria de Portos e Costas, por intermédio da comissão de licitação, que apreciará sua admissibilidade.
- (E) a Diretoria de Portos e Costas deverá proferir sua decisão no prazo de cinco dias úteis, contado da data de seu recebimento.

QUESTÃO 39

De acordo com o art. 25 § 2º da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, o valor mínimo da multa a ser fixado no Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, será de:

- (A) R\$1.000,00
- (B) R\$3.000,00
- (C) R\$5.000,00
- (D) R\$7.000,00
- (E) R\$10.000,00

QUESTÃO 40

De acordo com as Normas para pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos, é correto afirmar que:

- (A) a promoção de excursão de turismo subaquático em sítios arqueológicos já incorporados ao domínio da União é livre, desde que o Distrito Naval tome conhecimento com dez (10) dias de antecedência.
- (B) caracterizado o sinistro, a propriedade dos bens afundados, submersos, encalhados ou perdidos em águas sob jurisdição nacional permanece com seus donos originais até que transcorra o prazo de três (3) anos.
- (C) as coisas ou bens achados em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais ficarão sob custódia da Diretoria de Portos e Costas.
- (D) as autorizações para pesquisa ou exploração de coisas ou bens estarão automaticamente canceladas sempre que houver desvio de material pertencente à União.
- (E) a pesquisa precede a exploração e garante ao pesquisador autorizado, que encontrou a coisa ou bem, a preferência para explorá-lo, alterar o local ou remover qualquer parte.

QUESTÃO 41

Em relação ao Registro Contínuo de Dados (RCD), que é uma exigência do Código ISPS, segundo a NORMAM-01/DPC, é correto afirmar que:

- (A) o RCD deverá ser mantido a bordo e estar disponível para ser inspecionado a qualquer tempo.
- (B) cabe às Capitânicas dos Portos/Delegacias/Agências a emissão do RCD.
- (C) somente embarcações registradas no Tribunal Marítimo deverão obter o RCD.
- (D) o RCD aplica-se para todas as embarcações de bandeira brasileira e bandeira estrangeira destinadas à navegação em mar aberto operando em Águas Jurisdicionais Brasileira.
- (E) o RCD só poderá sair de bordo devido à mudança de afretador, se for o caso.

QUESTÃO 42

A emissão do Certificado de Segurança da Navegação (CSN) atesta que a embarcação possui condições de segurança suficientes para navegar. Segundo a NORMAM-02/DPC, é correto afirmar que:

- (A) rebocadores ou empurradores, com AB maior que 30, deverão portar um CSN.
- (B) somente a Diretoria Geral de Navegação poderá prorrogar, em casos excepcionais, a validade de um CSN.
- (C) o prazo de cumprimento de exigências apontadas em uma vistoria poderá exceder até, no máximo, 10 (dez) dias da data limite de validade do CSN, caso ocorra.
- (D) a vistoria de renovação do CSN deverá ser realizada dentro dos 2 (dois) meses anteriores ao vencimento do CSN.
- (E) CSN de embarcações de carga, sem propulsão, tem validade de 10 (dez) anos.

QUESTÃO 43

Durante a troca da água de lastro, deve-se ter em mente os aspectos de segurança da tripulação e da embarcação e estar sob condições meteorológicas favoráveis. A troca de água de lastro realizada pelas embarcações adotam medidas obrigatórias, tais medidas deverão substituir água de lastro com um volume de pelo menos:

- (A) 100%
- (B) 95%
- (C) 90%
- (D) 85%
- (E) 80%

QUESTÃO 44

De acordo com o Art. 19, § 3º, inciso I do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, é requisito para prorrogação de contratos de concessão ou de arrendamento portuário, sem prejuízo de outros previstos em lei ou regulamento, a manutenção das condições de:

- (A) habilitação profissional.
- (B) qualificação jurídica.
- (C) qualificação estrutural.
- (D) regularidade fiscal e trabalhista.
- (E) regularidade econômico-financeira.

QUESTÃO 45

De acordo com o art. 9º do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, assinale a opção que apresenta o critério que é utilizado, de forma combinada ou isolada, para julgamento nas licitações de concessão e de arrendamento dos portos e das instalações portuárias localizadas dentro da área do porto organizado.

- (A) Maior capacidade de movimentação.
- (B) Maior tarifa.
- (C) Maior tempo de movimentação de carga.
- (D) Menor valor de investimento.
- (E) Menor valor de outorga.

QUESTÃO 46

De acordo com a Norma que trata sobre o tráfego e a permanência de embarcações em Água Jurisdicional Brasileira é correto afirmar que:

- (A) toda embarcação de bandeira nacional ou estrangeira, equipada com estação radiotelefônica em VHF, deverá manter escuta permanente no canal 10.
- (B) embarcações de bandeira brasileira, com Arqueação Bruta igual ou superior a 20, são obrigadas a efetuar despacho para demandar ou transitar nos portos ou terminais aquaviários brasileiros.
- (C) a validade do Despacho poderá ser concedida por período de até cento e vinte (120) dias para embarcações de pesca.
- (D) o responsável pela Plataforma ou demais Unidades Offshore deverá encaminhar o Formulário de Denúncia de Invasão à DHN caso embarcações pesquem ou naveguem nas áreas de segurança. Ou seja, no raio de 500m de distância.
- (E) embarcações de carga, bandeira estrangeira, em condição de *Laid-up*, são consideradas Fora de Operação.

QUESTÃO 47

Na fase de análise da necessidade de implantação de um *Vessel Traffic Service (VTS)*, deverá ser feita uma Avaliação Preliminar, ocasião em que serão coletadas informações para identificar requisitos funcionais que auxiliem a obtenção do nível desejado de segurança e eficiência para o tráfego marítimo. Os fatores condicionantes que devem ser considerados durante a Avaliação Preliminar são, EXCETO:

- (A) a geografia que define a qualidade para a navegação de um dado porto ou via de acesso.
- (B) a Hidrodinâmica que define o comportamento das águas e sua influência para a navegação na área marítima de interesse.
- (C) a influência dos fenômenos meteorológicos na navegação que pode ser significativa, no caso da incidência de ventos fortes, que podem dificultar a manobra de navios com grande área vélica, e da ocorrência de fenômenos que afetem a visibilidade, como tempestades tropicais e nevoeiro.
- (D) o Plano de Contingência que deve constar as eventuais necessidades de alteração nos níveis de guarnecimento, com a convocação extemporânea do pessoal fora da escala de serviço do dia e outros arranjos que se fizerem necessários para a sua execução.
- (E) o Navio de Projeto, devido à geografia e à hidrodinâmica de um determinado porto ou terminal, terá o seu conceito influenciado em virtude dos fatores econômicos envolvidos e das necessidades de investimento em instalações do setor portuário.

QUESTÃO 48

Em relação aos responsáveis pelo cumprimento da lei, de acordo com o art. 27 da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, é correto afirmar que:

- (A) a Autoridade Marítima, por intermédio de suas organizações competentes, possui atribuição de realizar o controle ambiental e a fiscalização dos portos organizados, das instalações portuárias, das cargas movimentadas de natureza nociva ou perigosa, e das plataformas e suas instalações de apoio, quanto às exigências previstas no licenciamento ambiental, autuando os infratores na esfera de sua competência.
- (B) o órgão federal de meio ambiente possui atribuição de levantar dados e informações e apurar responsabilidades sobre os incidentes com navios, plataformas e suas instalações de apoio que tenham provocado danos ambientais.
- (C) a Autoridade Marítima, por intermédio de suas organizações competentes, possui atribuição de avaliar os danos ambientais causados por incidentes nos portos organizados, dutos, instalações portuárias, navios, plataformas e suas instalações de apoio.
- (D) o órgão federal de meio ambiente possui atribuição de comunicar ao órgão regulador da indústria do petróleo irregularidades encontradas durante a fiscalização de navios, plataformas e suas instalações de apoio, quando atinentes à indústria do petróleo.
- (E) o órgão federal de meio ambiente possui atribuição de avaliar os danos ambientais causados por incidentes nas marinhas, clubes náuticos, outros locais e instalações similares, de elaborar relatório circunstanciado, encaminhando-o ao órgão estadual de meio ambiente.

QUESTÃO 49

Moto aquática é uma embarcação que não possui leme e sua propulsão é gerada por meio de um jato d'água ejetado da parte traseira da embarcação. Em relação a esse tipo de embarcação, assinale a opção correta, conforme a NORMAM-03/DPC.

- (A) É obrigatório o uso de colete salva-vidas I ou IV, homologados, para condutor e passageiro.
- (B) Condutores devem utilizar óculos protetores e luvas em sua condução.
- (C) É proibido transporte de crianças com idade inferior a 8 anos na garupa.
- (D) Chave de segurança atada ao pulso para que a propulsão seja desligada, automaticamente, caso o condutor se separe da embarcação em movimento.
- (E) O condutor poderá ter a habilitação de CPA ou MSA para conduzi-la.

QUESTÃO 50

Coloque F (Falso) ou V (Verdadeiro) nas afirmativas abaixo, em relação à obrigatoriedade do emprego de Câmara Hiperbárica (CH).

- () Os mergulhos realizados até a profundidade de trinta metros, sem parada para descompressão e sem condições perigosas e/ou especiais, poderão utilizar a câmara para emprego em diversas frentes de trabalho de forma simultânea, desde que todas atendam ao citado requisito de distância, sendo que a ocorrência de acidente de mergulho em umas das frentes, que demande a utilização da CH, determinará a paralisação de todas as atividades de mergulho até que a CH esteja totalmente liberada, após o término do período de observação do mergulhador.
- () Os mergulhos realizados a partir de trinta metros deverão ter uma CH pronta e disponível no local do mergulho, com emprego dedicado e exclusivo por frente de trabalho, com operador de câmara.
- () Após os mergulhos com descompressão na superfície, o mergulho seguinte poderá ser iniciado antes do término do período de observação do mergulho anterior, salvo em casos quando estiver disponível, na frente de trabalho, apenas uma CH com pessoal suficiente, habilitado e treinado para operá-la.
- () Os mergulhos que exijam ocupação da câmara por período superior a doze horas, incluindo o tempo necessário para descompressão, a CH deverá ser dotada de sistema de controle de temperatura e umidade do meio ambiente interno e sistema sanitário completo, incluindo vaso, chuveiro e lavatório com água quente e fria.
- () As Escolas de Mergulho deverão possuir Câmara Hiperbárica, com dedicação exclusiva para os cursos, instalada nas dependências da escola onde serão realizadas as aulas práticas ou instalada em outros locais credenciados pela Autoridade Marítima.

Assinale a opção correta.

- (A) (V) (F) (V) (V) (F)
- (B) (F) (V) (V) (V) (F)
- (C) (V) (V) (V) (V) (F)
- (D) (V) (V) (F) (V) (F)
- (E) (V) (F) (F) (F) (V)

RASCUNHO PARA REDAÇÃO

TÍTULO:

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

